

Assunto: Centro Histórico Restauração

Zezéu questiona obra do Centro Histórico

ANA CALAZANS
Editoria do 1º Caderno

A Unesco não está satisfeita com a qualidade dos trabalhos de recuperação da área do Centro Histórico feitos pelo governo do Estado. A informação é do presidente da Comissão de Terras Públicas e Planejamento Urbano da Câmara Municipal, vereador Zezéu Ribeiro (PT), que juntamente com a Comissão de Direitos Humanos, está elaborando um relatório sobre os critérios adotados na remoção das famílias, o valor das indenizações e a destinação dos prédios recuperados.

Segundo Zezéu, é preciso que se esclareçam quais os critérios adotados pelo governo na recuperação, já que as obras estão sendo realizadas sem o licenciamento da Prefeitura. As tentativas das comissões de obterem informações sobre a obra, têm esbarrado na intransigência do diretor do IPAC, Vivaldo da Costa Lima, que se recusa a responder um questionário enviado há mais de um mês pelos vereadores. "Qualquer processo de recuperação tem que respeitar os moradores do local", disse Zezéu, argumentando que a

noção de patrimônio não está restrita ao espaço físico, mas está intimamente ligada à vivência dos moradores. O vereador alertou também para uma possível descaracterização da área, caso ela venha a ser ocupada pelo comércio, insistindo na necessidade de se garantir o respeito aos moradores.

De acordo com o relatório, feito a partir de denúncias dos moradores das áreas do Carmo e do Passo, as indenizações têm variado entre 4 e 12 milhões de cruzeiros. Muitas famílias que vivem no local há mais de quarenta anos, temem ser vítimas das pressões sofridas pelos moradores do Pelourinho, para que deixem suas casas. Para a presidente da Comissão de Direitos Humanos, vereadora Yolanda Pires, a situação das famílias é grave: "Tenho ouvido os moradores e eles estão desesperados", afirmou. Na última reunião das comissões, ficou decidido que caso não haja acordo entre os moradores e o IPAC, será movida, através da OAB, uma ação cautelar por danos, visando garantir o direito à moradia.